5.1. No local, data e horário mencionados no item 3, cada proponente deverá apresentar uma via dos documentos e proposta, em envelope fechado com os seguintes dizeres em sua parte externa:

- 5.1.1. Indicação da Seleção;
- 5.1.2. Nome e endereço do proponente.

6 – PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

6.1. Os membros da Câmara Técnica de Planejamento Gerenciamento de Recursos Hídricos, na data e horário estabelecido no Item 3, analisarão e selecionarão a proposta vencedora, que melhor atender os interesses do comitê, quando será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros presentes, seguindo os procedimentos definidos no MPO e neste edital.

6.2. A proposta vencedora deverá atender a todos o critérios dos itens 2 e 4 deste edital, e o menor preço.

6.3. Em caso de empate será selecionado o proponente que atue na Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo/Grande, ou que melhor atender as necessidades do comitê.

6.4. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas de proponentes retardatários e nem concessão de prazo para apresentação de documentos exigidos no Edital, ressalvado o disposto em lei.

6.5. É facultado à Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, em qualquer fase da seleção, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a seleção.

6.6. Será declarado vencedor o proponente que preencher os requisitos deste Edital e obtiver a maior avaliação final, devendo seu resultado ser divulgado no Diário Oficial.

7. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL, SANÇÕES E PENALIDADES

7.1. O contrato a ser firmado junto ao FEHIDRO terá vigência de acordo com as normas do mesmo e respeitado os prazos estabelecidos no item 4.5.

7.2. O não cumprimento do prazo disposto no item anterior, bem como o escopo do contrato, sujeitará o adjudicatário às penalidades previstas no MPO.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Consultas para dirimir dúvidas ao presente edital deverão ser formuladas com até 05 (cinco) dias antes da data marcada para entrega dos envelopes das propostas.

8.2. As eventuais dúvidas da CT-PLAGRHI ou casos omissos neste Edital serão decididos pelos membros presentes na reunião da Câmara Técnica no ato da abertura dos envelopes, e encaminhados ao Plenário para referendo.

Deliberação CBH-BPG-156, de 12-12-2013

Estabelece Demanda induzida, com recursos FEHIDRO de 2014 para Elaboração do Plano de Bacia

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo / Grande, Considerando que o tomador Fundação Educacional de Barretos – FEB para o projeto FEHIDRO – 2013-BPG-129, não assinou contrato para a Elaboração do Plano da Bacia da UGRHI 12 até a presente data;

Considerando que se trata de demanda induzida, aprovada nos critérios e na distribuição de recursos 2013, no valor de R\$ 500.000,00, sem contrapartida;

Considerando a manifestação de representante da FEB, na 38ª Reunião Ordinária do CBH-BPG, afirmando que a instituição não se interessa mais em ser tomadora de recursos FEHIDRO para esse fim, tendo em vista vários entraves burocráticos;

Considerando que este recurso deverá retornar para o CBH-BPG se somando aos valores a serem distribuídos pelo FEHIDRO em 2014, Delibera:

Artigo 1º - Fica reservada a verba remanescente de 2013 referente a Elaboração do Plano de Bacia, no valor de até R\$ 500.000,00 como demanda induzida, onerando os recursos de 2014.

Parágrafo Único: Fica determinado que a qualquer momento um novo tomador poderá se apresentar e iniciar os trabalhos atendendo as regras propostas pela CT-PLAGRHI, para Elaboração do Plano de Bacia da UGRHI 12, não necessitando atender os prazos para o pleito de 2014.

Artigo 3º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do CBH-BPG, devendo ser publicada no Diário Oficial do Estado.

Ata da 22ª Reunião Extraordinária do CBH-BPG, de 25-11-2013

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2013, na Câmara Municipal de Barretos, à Rua 16 730 – Barretos/SP, com início às 09h30, realizou-se a 22ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo/Grande, com um total de 34 (trinta e quatro) membros, sendo 29 (vinte e nove) com direito a voto. Dando início à reunião, o presidente do CBH-BPG, cumprimentou a todos, dando boas vindas. Falou da importância da Cobia nça pelo uso da Água. Na sequência, sugeriu a dispensa da leitura da Ata da 21ª Reunião Extraordinária do CBH-BPG, tendo em vista que foi enviada anteriormente a todos. A sugestão foi aceita; e sendo colocada em votação, a Ata da 21ª Reunião Extraordinária do CBH-BPG foi aprovada por unanimidade. Na sequência, passou a palavra ao Secretário Executivo do CBH-BPG para proceder às informações gerais. Com a palavra, Sr. Claudio cumprimentou a todos e agradeceu a presença, e iniciou falando sobre o Ato Declaratório, que se trata da outorga para usuários rurais que tem o período de 01-07-2013 a 30-06-2015 para efetuarem o cadastramento. O prazo para regularização é de 2 anos a partir da data que o usuário fizer a declaração. Foi feito parcerias com o Banco do Brasil, Sindicatos Rurais, etc. Após, falou dos banners elaborados pelo CBH-BPG, com notas explicativas sobre o CBH para serem distribuídos, principalmente para as prefeituras, mas também, para as entidades que tiverem interesse. Lembrou que o referido banner foi uma solicitação de participantes do XI Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos. Falou ainda sobre o CBH-Grande, informando que houve uma reunião em Franca no dia 01-08-2013, ressaltando aos membros do CBH-BPG que também são membros do CBH-Grande a importância de participarem efetivamente das reuniões. Lembrou que haverá uma reunião em Frutal no dia 03-12-2013 e é importante a presença de todos para que tenha quórum e a reunião possa ocorrer normalmente. Na sequência, falou sobre os processos FEHIDRO. Informou que o CRH aprovou 03 deliberações, sendo elas COFEHIDRO 137/2013, COFEHIDRO “AD REFERENDUM” 138/2013 e COFEHIDRO “AD REFERENDUM” 139/2013. Falou da importância de cada tomador acompanhar seus processos. Falou também dos processos FEHIDRO do CBH-BPG, lembrando que o Comitê de Bacia é apenas um elo, pois a partir da aprovação da deliberação, as tratativas passam a ser entre o tomador e o agente técnico, sendo necessário que o tomador fique atento quanto as solicitações do agente técnico. Na sequência, Claudio iniciou uma explanação do Sistema de Recursos Hídricos para posteriormente dar início a apresentação da Minuta de Deliberação CBH-BPG 154/2013, que Corrige a expressão da fórmula para o coeficiente X5 da tabela Captação, Extração, Derivação, no Artigo 6º, inciso I, letra d da Deliberação CBH-BPG 111/2010, de 29-11-2010, que aprova a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbano e industrial dos recursos hídricos de domínio do estado de São Paulo, no âmbito da Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo/Grande e dá outras providências. Após a explanação, foi sugerido pelo representante da CETESB e coordenador de Câmaras Técnicas, Sr. Davi Faleiros, inserir na Minuta de Deliberação CBH-BPG 154/2013 o seguinte “considerando”: Considerando o inciso IV, do Artigo 7º, da Deliberação CBH-BPG 111/2010, de 29-11-2010, que diz: “Quando “VCAP MED / VCAP OUT” for maior que 1 (um), será adotado KOUT = 0 e KMED = 1 e o usuário deverá solicitar retificação da outorga de direito de uso de recursos hídricos e estará sujeito às penalidades previstas na legislação vigente”. Em seguida, a representante da FIESP, Sra. Debora Riva, sugeriu que fossem

identificadas todas as reuniões plenárias referenciadas na referida minuta de deliberação e solicitou esclarecimentos sobre os procedimentos seguintes. Com a palavra, Claudio informou que em conversa com a CRHi, a mesma solicitou que fosse feito encaminhamento através de ofício, da deliberação aprovada e publicada. Em seguida, a Sr.ª Débora Riva solicitou que fosse citada a Deliberação CBH-BPG 120/2011, de 28-06-2011, aprovada na 35ª Reunião Ordinária do CBH-BPG, que “inclui parágrafo no artigo 4º da Deliberação CBH-BPG 111/2010, de 29-11-2010 que aprova a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbano e industrial dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no âmbito da Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo/Grande e dá outras providências”. Claudio comentou sobre a deliberação CBH-BPG 120/2011 e apresentou aos presentes. Em seguida, Dr. Samir colocou a Minuta de Deliberação CBH-BPG 154/2013 em votação e foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou a palavra à representante do Fórum de Desenvolvimento Bebedouro 2000 que falou sobre a Moção 01/2013 que trata da municipalização da Floresta Estadual de Bebedouro, mais conhecida como Horto Florestal. Mencionou o Ofício OEP/789/2013/is, de 11-07-2013, da Prefeitura Municipal de Bebedouro, ao Secretário Estadual do Meio Ambiente e solicitou que o CBH-BPG se posicionasse contrário à seleção de municipalização. Com a palavra, Dr. Samir sugeriu formar uma comissão para discutir esse assunto. Em seguida, Sr. Claudio lembrou que haverá uma reunião de CT-PLAGRHI no dia 02-12-2013 e sugeriu que a própria CT discutisse e analisasse o assunto. Em seguida, Dr. Samir colocou em votação a criação da comissão, ficando acordado que seria realizada uma visita técnica à Floresta Estadual de Bebedouro no dia 29-11-2013 e aos que tiverem interesse em participar devem procurar a Secretaria Executiva do CBH-BPG. Em seguida, a representante suplente do DAEE e Secretária Executiva Adjunta do CBH-BPG, Sra. Luciana A. C. Ribeiro de Paula apresentou a versão preliminar do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 12. A apresentação foi voltada à metodologia aplicada para a elaboração do mesmo, o que facilita a análise do material com maior conhecimento pelos membros, pois o referido relatório está disponível no site www.sigrh.sp.gov.br e enviado a todos por e-mail. Em seguida, passou a palavra para a Sr.ª Maria Inácia para relatar os trabalhos da Câmara Técnica de Educação Ambiental – CTEA, realizados durante o ano de 2013, inclusive a participação no XI Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos e a agenda para 2014. Na sequência, Sra. Angela falou sobre a 2ª Conferência Macrorregional do Meio Ambiente na Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo /Grande, bem como da participação da Conferência em São Paulo. Em seguida, Dr. Samir agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Após então, conforme o que foi dito nesta reunião, eu, Luciana Alves da Cunha Ribeiro de Paula, Secretária Executiva Adjunta do CBH-BPG, lavei a presente ata e assino ao final. Barretos, 25-11-2013.

Moção CBH-BPG-001, de 12-12-2013

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo/ Grande manifesta-se contrário à municipalização da Floresta Estadual de Bebedouro

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo - Grande - CBH-BPG,

Considerando que, o Fórum de Desenvolvimento Bebedouro 2000, solicitou Moção de Apoio por meio de Carta ao Presidente do CBH-BPG, de 21-11-2013, no sentido de repudiar a municipalização da Floresta Estadual de Bebedouro, usualmente conhecida como Horto Florestal, única Unidade de Conservação da Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo/Grande, conforme verifica-se em documento anexo;

Considerando que na 22ª Reunião Extraordinária do CBH-BPG foi solicitado manifestação da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos sobre o tema em questão;

Considerando que foi sugerida visita técnica ao local por membros do CBH-BPG, tendo sido realizada em 29-11-2013;

Considerando que a referida Câmara Técnica manifestou-se em reunião realizada em 02-12-2013 favorável à apresentação da respectiva Moção, fundamentado nos seguintes termos:

- Manutenção do viés ambiental da Unidade de Conservação;
- Importância dos projetos em andamento:
- Projeto FEHIDRO Retiro do Tucano, de educação ambiental regional, participação comunitária, formação de laboratórios e centro de educação ambiental;
- Projeto FEHIDRO - VANT, cujo objetivo é o monitoramento com veículo aéreo não tripulado, de 500km2 de corpos d’água, especificamente os que formam as sub-bacias da UGRHI 12 mais o Rio Pardo, em parceria com a Polícia Ambiental e ICMC/ USP São Carlos;
- Valoração Ambiental/YPEA, que estudará a valoração dos principais serviços ambientais da UGRHI 12; realiza ainda projetos de pesquisa com apoio do CNPq, Instituto Florestal e UNIFEB, abordando temas sobre gerenciamento de recursos hídricos, plano de bacia, educação ambiental, valoração ambiental e qualidade da água;
- Técnicos da F.E. Bebedouro Membros do Comitê Assessor PAN Mogi-Pardo-Sapucaí-Mirim-Grande, capitaneado pelo ICM-Bio, cujo objetivo primordial é efetivar ações que visem a preservação das espécies de peixes das referidas bacias hidrográficas, melhoria da qualidade da água e incentivo à políticas públicas;
- Única Unidade de Conservação da UGRHI 12 e em processo de reconstituição da vegetação nativa no total de sua área;
- Importância regional da Unidade de Conservação.

Aprova:

A presente Moção que repudia a municipalização da Floresta Estadual de Bebedouro e solicita das autoridades competentes providências para que tal ato não se efetive e que se mantenha como Unidade de Conservação do Estado.

Moção CBH-BPG-002, de 12-12-2013

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo/ Grande manifesta-se contrário ao fechamento da Base Avançada do Ibama no município de Ribeirão Preto

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo - Grande - CBH-BPG,

Considerando que, a Prefeitura Municipal de Colômbia, solicitou Moção de Apoio por meio de Carta ao Presidente do CBH-BPG, de 09-12-2013, no sentido de repudiar o fechamento da Base Avançada do IBAMA no município de Ribeirão Preto, conforme verifica-se em documento anexo;

Considerando que vários municípios pertencentes à Bacia do Baixo Pardo/Grande ficarão prejudicados, no sentido de deslocar-se para São Paulo, caso necessitem de atendimento do órgão;

Considerando que a Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos – CT-PLAGRHI manifestou-se favorável à apresentação da respectiva Moção em reunião realizada em 02-12-2013;

Considerando que este CBH entende que é imprescindível a presença do IBAMA na região para que tenha mais agilidade no atendimento, tendo em vista que estará mais próximo de qualquer eventual acidente ambiental que venha a ocorrer, que gere impacto na UGRHI 12.

Aprova:

A presente Moção que repudia o fechamento da Base Avançada do IBAMA no município de Ribeirão Preto e solicita às autoridades competentes medidas para que esta ação não se efetive.

Universidade de São Paulo

REITORIA

PRÓ-REITORIAS

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Resolução CoG-6.654, de 17-12-2013

Altera o Artigo 5º da Resolução CoG-5.460-2008 que modificou o Regulamento do Curso de Ciências Moleculares

O Pró-Reitor Adjunto de Graduação da Universidade de São Paulo, tendo em vista o deliberado pelo Conselho de Graduação, em Sessão de 12-12-2013, e aprovado ad referendum pela Comissão de Legislação e Recursos, baixa a seguinte Resolução:

Artigo 1º – Altera o Artigo 5º da Resolução CoG 5460/2008 que modificou o Regulamento do Curso de Ciências Moleculares, que passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 5º – A Comissão Diretora terá a seguinte composição:

I – Um representante de cada Unidade participante do CCM, a saber: IB, CB, IF, IME e IQ.

§ 1º – Os representantes a que se refere o inciso I serão eleitos pela Congregação da respectiva Unidade participante e terão o mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 2º – O Coordenador do Curso e seu suplente serão eleitos entre os pares, membros da Comissão Diretora.

II – Um representante docente indicado pela Pró-Reitoria.

§ 1º - O representante a que se refere o inciso II terá mandato de dois anos, permitida uma recondução.”.

Artigo 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação (Processo 95.1.44725.1.5).

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

Portaria PRP-377, de 28-11-2013

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de destinação de Emprego Público no âmbito do Programa de Concessão de Técnico de Nível Superior para Grupos de Excelência (PROCONTES)

A Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa em Exercício da Universidade de São Paulo, de acordo com a Portaria GR 4215, de 25/5/2009, e considerando a Lei Complementar 1074, de 11/12/2008, bem como a Portaria GR-4.078, de 19/2/2009, baixa a seguinte Portaria:

Artigo 1º - Diante da indicação de novo projeto de pesquisa, fica prorrogado o prazo de destinação do emprego público criado pela Lei Complementar 1074/2008, ocupado atualmente pela servidora Teresa Cristina Teles e distribuído junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) pela Portaria PRP-66, de 25/9/2009, para continuar atendendo o Programa de Concessão de Técnico de Nível Superior para Grupos de Excelência (PROCONTES), conforme segue:

Grupo	Categoria Profissional	Emprego Público	Docente Responsável pelo Projeto de Pesquisa	Prazo final de Destinação
Superior S1 A	Especialista em Laboratório	1132245	ZILDA MARCIA GRICOLI IOKOI	13/12/2014

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação (Processo USP 2009.1.8958.1.7).

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Resolução CoPGr-6.647, de 16-12-2013

Baixa o Regimento da Comissão de Pós-Graduação da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" – ESALQ

O Pró-Reitor de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, de acordo com a aprovação ad referendum do Conselho de Pós-Graduação, em 26/08/2013, baixa a seguinte Resolução:
Artigo 1º – Fica aprovado o Regimento da Comissão de Pós-Graduação da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" – ESALQ, constante do anexo da presente Resolução.

Artigo 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

REGIMENTO DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ":

I – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO (CPG)

A CPG terá a seguinte constituição:

A Comissão de Pós Graduação da ESALQ será constituída pelos coordenadores de cada um dos programas de Pós-Graduação vinculados à CPG e por representantes discentes, correspondente a vinte por cento do total de docentes membros da CPG. Cada membro titular terá um suplente, eleito obedecendo as mesmas normas do membro titular.

A Comissão se reunirá mensalmente e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente. O comparecimento às reuniões é obrigatório, tendo prioridade sobre outras atividades. O membro titular, quando impedido de comparecer deve, antecipadamente, comunicar o seu suplente. Caso o titular e o suplente não possam comparecer, devem justificar a ausência junto ao Serviço de Pós-Graduação.

As deliberações da CPG se darão por votação, necessitando de maioria simples de votos para sua aprovação.

Poderá o Presidente deliberar “ad referendum” da CPG, em casos de urgência.

A CPG poderá ser assessorada em suas deliberações por Subcomissões Assessoras Permanentes ou Transitórias, especialmente designadas pela CPG, entre seus membros.

As Subcomissões Assessoras Permanentes são as seguintes:

I – Subcomissão Curricular

II – Subcomissão de Normas

III – Subcomissão de Avaliação

Cabe às Subcomissões Assessoras emitir pareceres prévios sobre matérias que devam ser apreciadas pela CPG.

As subcomissões serão compostas por três docentes e um representante discente, todos membros da CPG e por ela indicados por maioria simples. A CPG indicará também, para cada subcomissão e entre seus membros, um coordenador docente. O mandato dos membros durará enquanto perdurar seu mandato junto à CPG, sendo permitidas reconduções.

II – TAXAS

II.1 O valor da taxa de inscrição ao processo seletivo corresponde ao valor máximo estabelecido pelo CoPGr da USP, exceto para os candidatos ao Curso de Mestrado do PPG em Economia Aplicada, dos quais não será cobrada taxa de inscrição.

II.2 O valor da taxa por matrícula em disciplina de pós-graduação para os alunos especiais corresponde ao valor máximo estabelecido pelo CoPGr da USP.

III – PROCEDIMENTOS PARA DEPÓSITO E DEFESA

III.1 Os trabalhos finais nos cursos de Mestrado e Doutorado serão na forma de dissertação e tese, respectivamente, em formatos definidos pelas Normas para Elaboração de Dissertações e Teses da Comissão de Pós-Graduação.

III.2 O depósito dos exemplares será efetuado no Serviço de Pós-Graduação até o final do expediente do último dia do seu prazo regimental.

III.2.1 Deverão ser depositados, tanto para alunos de Mestrado como Doutorado, 8 (oito) exemplares obrigatoriamente impressos no formato frente-e-verso e encadernados em formato brochura. Uma vez depositados, os exemplares não poderão ser devolvidos ao aluno ou trocados por outras versões.

III.2.2 Alunos estrangeiros devem apresentar declaração, emitida pela Polícia Federal, informando o período em que permaneceram em situação regular no Brasil (com datas inicial-final).

III.2.3 O depósito deverá ser acompanhado de carta do orientador expressando sua aprovação ao depósito e com ciência da CCP.

III.3 Para a realização dos Exames de Dissertação e Defesas de Tese, não há procedimentos adicionais aos já estabelecidos nos Artigos 97, 98 e 99 do Regimento de Pós-Graduação.

IV – NÚMERO DE MEMBROS COMPONENTES DAS COMISSÕES JULGADORAS DE DISSERTAÇÕES E TESES

IV.1 As Comissões Julgadoras das Dissertações de Mestrado serão compostas por três membros votantes.

IV.2 As Comissões Julgadoras das Teses de Doutorado serão compostas por três membros votantes.

IV.3 Além dos membros votantes, as comissões julgadoras serão compostas pelo orientador ou coorientador do candidato, exclusivamente na condição de presidente, sem direito a voto.

IV.4 Em qualquer um dos casos, para a composição das comissões julgadoras deverão ser observados os critérios estabelecidos nos artigos 93 e 94 do Regimento de Pós-Graduação.

IV.5 Não há procedimentos adicionais aos que já estão estabelecidos no Regimento de Pós-Graduação.

V – CRITÉRIOS PARA TRANSFERÊNCIA DE PROGRAMA

V.1 A CPG deve deliberar sobre as solicitações de transferência de Programa de alunos regularmente matriculados na USP, com o aproveitamento parcial ou total de créditos obtidos anteriormente, de acordo com o disposto no Regimento de Pós-Graduação.

Resolução CoPGr-6.648, de 16-12-2013

Baixa o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEARP

O Pró-Reitor de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, de acordo com a aprovação ad referendum do Conselho de Pós-Graduação, em 12/09/2013, baixa a seguinte Resolução:
Artigo 1º – Fica aprovado o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEARP, constante do anexo da presente Resolução.

Artigo 2º - A opção pelo presente Regulamento, em conformidade com o novo Regimento de Pós-Graduação, poderá ocorrer em até 90 (noventa) dias, a partir da data de publicação desta Resolução.

Artigo 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CoPGr-6.052, de 20/01/2012 (Processo 2008.1.37411.1.1).

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE DA FEARP:

I – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO COORDENADORA DE PROGRAMA (CCP)

I.1 A CCP é composta por 3 (três) orientadores plenos credenciados no Programa, sendo um destes o Coordenador e um o suplente do Coordenador, e 1 (um) representante discente, tendo cada membro titular seu suplente.

II - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

II.1 Proficiência em língua estrangeira

A proficiência em língua estrangeira é exigida no ingresso na pós-graduação, conforme item V do Regulamento do Programa.

II.2 Requisitos para o Mestrado

II.2.1 O ingresso ao Mestrado se dá por processos seletivos periódicos, convocados por Editais de Seleção, assegurando o ingresso de candidatos com maior potencial acadêmico, utilizando como critérios: (i) nota em testes padronizados de admissão incluindo habilidades de raciocínio lógico, quantitativo e analítico, aplicados por instituições nacionais ou internacionais, (iii) conhecimento específico em contabilidade e estatística e (iii) análise de currículo.

II.2.2 Os Editais de Seleção a que se refere o item II.2.1, informarão obrigatoriamente as vagas oferecidas, os pesos de cada etapa da seleção, os testes de admissão aceitos e as notas mínimas, os testes de proficiência de língua estrangeira aceitos e as notas mínimas, os prazos, cronograma e documentos para inscrição no processo de seleção.

II.2.3 Os editais serão divulgados no Diário Oficial do Estado, no site da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto e em formato impresso, disponível no Serviço de Pós-Graduação.

II.3 Requisitos para o Doutorado

II.3.1 O ingresso no Doutorado se dá por processos seletivos periódicos, convocados por Editais de Seleção, assegurando o ingresso de candidatos com maior potencial acadêmico, utilizando como critérios: (i) nota em testes padronizados de admissão incluindo habilidades de raciocínio lógico, quantitativo e analítico, aplicados por instituições nacionais ou internacionais, (ii) conhecimento específico em contabilidade e estatística, (iii) análise de currículo e (iv) projeto de pesquisa.

II.3.2 Os Editais de Seleção a que se refere o item II.3.1, informarão obrigatoriamente as vagas oferecidas, os pesos de cada etapa da seleção, os testes de admissão aceitos e as notas mínimas, os prazos, cronograma e documentos para inscrição no processo de seleção.

II.3.3 Os editais serão divulgados no Diário Oficial do Estado, no site da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto e em formato impresso, disponível no Serviço de Pós-Graduação.

II.4 Requisitos para o Doutorado Direto

II.4.1 A seleção de candidatos para o Doutorado Direto poderá ocorrer a partir do resultado do Exame de Qualificação de um aluno matriculado no curso de Mestrado do PPGCC, conforme discriminado no item IX Transferência de Área de Concentração ou de Curso.

III - PRAZOS

III.1 No curso de Mestrado o prazo para depósito da Dissertação é de 30 meses.

III.2 No curso de Doutorado, para o(a) portador(a) do título de mestre, o prazo para depósito da Tese é de 48 meses.